

ARTIGOS LIVRES

# **QUANDO UM PARTIDO SAI DE CENA: O CASO DO PSDB**

*WHEN A PARTY LEAVES THE SCENE: THE  
CASE OF PSDB*

Marcus Corrêa Rodrigues \* 

Maria do Socorro Sousa Braga \*\* 

\* Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,  
São Carlos, SP, Brasil.

E-mail: [marcuslcr@yahoo.com.br](mailto:marcuslcr@yahoo.com.br).

\*\* Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciência  
Política, São Carlos, SP, Brasil.

E-mail: [msbraga@ufscar.br](mailto:msbraga@ufscar.br).

## RESUMO

Este artigo busca identificar os eventos críticos que estão relacionados à ascensão e ao declínio do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) desde sua criação em 1988. Argumentamos que o ponto de inflexão do partido começou após a eleição presidencial de 2014, quando o seu candidato, Aécio Neves, foi derrotado pela candidata do PT, Dilma Rousseff, e, logo em seguida, questionou o resultado das eleições. Desde então, suas lideranças cometeram uma sucessão de erros de coordenação e estratégicos que provocaram o enfraquecimento do PSDB. Para demonstrar esse argumento, foi usada a metodologia quantitativa e qualitativa. A principal conclusão é que o partido não foi capaz de responder satisfatoriamente aos impactos dos eventos críticos e das consequências imprevistas desencadeadas pelas ações de suas elites, levando a uma severa deterioração eleitoral da sigla.

**Palavras-chave:** Partido da Social Democracia Brasileira; Estratégias Partidárias; Conjuntura Crítica; Trajetória.

## ABSTRACT

*This paper aims to identify critical events of the rise and decline of the Brazilian Social Democracy Party (PSDB) since its creation in 1988. We argue that the party's inflection point began after the presidential election in 2014. In that election, the Worker's Party (PT) candidate Dilma Rousseff defeated the PSDB's candidate Aécio Neves, who questioned the result of the polls. Since then, PSDB's leadership has undergone a succession of errors and mistaken strategies which weakened the party. To demonstrate this argument, we applied quantitative and qualitative methods of analysis. We found that a lack of PSDB's ability to satisfactorily respond to the impacts of critical events and unintended consequences provoked by its own elites' actions led to the severe electoral deterioration of the party.*

**Keywords:** Brazilian Social Democracy Party; Party Strategies; Critical Juncture; Trajectory.

## INTRODUÇÃO

Na atual quadra democrática, não existe um partido político que tenha ascendido tão rapidamente ao poder quanto o PSDB. A legenda foi criada em 1988 por um grupo dissidente de parlamentares do PMDB, oriundo de uma ala mais progressista. No auge, o PSDB governou os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e disputou as eleições presidenciais como protagonista durante duas décadas (de 1994 a 2014), elegendo o Executivo nacional em 1994 e 1998, e, nas demais, perdeu no segundo turno para candidatos do PT. O ponto de inflexão do partido começou após a eleição presidencial de 2014 (embora o partido venha enfrentando o deserto da oposição desde 2002), quando o seu candidato, Aécio Neves, foi derrotado pela candidata do PT, Dilma Rousseff, e, logo em seguida, questionou o resultado das eleições. Desde então, o PSDB nunca mais chegou ao segundo turno das eleições presidenciais e vem sofrendo com escândalos de corrupção, revezes eleitorais e disputas travadas entre grupos políticos internos que destroçaram o partido.

Diante desse quadro, este artigo desenvolve um estudo de caso do PSDB no contexto brasileiro com o objetivo de identificar os fatores por trás da ascensão e derrocada do partido. Para tanto, utilizamos as categorias analíticas oferecidas pelo institucionalismo histórico, como as de eventos e conjunturas críticas (*critical junctures*) e consequências indesejadas (*unintended consequences*). Com essa abordagem, buscamos compreender como o *path dependence* ocasiona mudanças na dinâmica institucional. De acordo com essa abordagem, as mudanças institucionais/organizacionais procedem tanto de fatores endógenos (conduta dos atores)<sup>1</sup> como exógenos (ocorrência de eventos críticos)<sup>2</sup> (HARMEL e JANDA, 1994; HALL e TAYLOR, 2003; PANEBIANCO, 2005; PIERSON, 2004). Nessa investigação, focamos em ambos, no comportamento dos agentes e em eventos críticos, como fomentadores da mudança organizacional. Empiricamente, o período em análise corresponde aos primeiros anos do partido – desde sua gênese – até seus resultados eleitorais recentes. Dessa forma, mapeamos a trajetória eleitoral do PSDB em todos os pleitos realizados no período da Nova República, de 1988 a 2022, para identificar os impactos gerados pela ação das elites partidárias e de eventos críticos sobre o partido. Metodologicamente, empregamos abordagem quantitativa, por meio da coleta de dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), e qualitativa, subsidiada pela bibliografia pertinente.

O artigo continua da seguinte forma: na sequência desta introdução, apresentamos brevemente os fatores contextuais que levaram à criação do PSDB; em seguida, realizamos uma apreciação da trajetória eleitoral do partido; na seção seguinte, discutimos os principais motivos que ajudam a explicar o declínio da legenda; e, por último, elencamos algumas considerações finais.

<sup>1</sup> Provocadas, por exemplo, por pressões dentro do sistema político interno, quando há mudanças de grupos/lideranças no controle do partido.

<sup>2</sup> Provocadas, por exemplo, por derrotas eleitorais, quando um partido passa do governo para a oposição.

## A FUNDAÇÃO DO PSDB

Com o fim do período autoritário por meio de um processo de “redemocratização controlada”, a Reforma Partidária de 1979 busca encerrar o bipartidarismo vigente durante o regime militar, abrindo, ainda de forma mitigada, o mercado partidário-eleitoral para a competição de novas legendas. Nesse momento, foram criados o PDS e o PMDB – como sucessores da Arena e do MDB, respectivamente –, o PTB, o PDT (fundado por Brizola, que ficou associado ao legado trabalhista varguista) e o PT (fundado por organizações da sociedade civil e sindicais). Ao longo dos anos 1980, novas legendas receberam o registro partidário, dentre as quais, o PSDB (FLEISCHER, 2007). O PSDB foi criado durante o processo constituinte de 1988, a partir de uma cisão partidária de políticos – na sua grande maioria – que se colocavam à esquerda do PMDB.

A literatura sobre a origem do PSDB destaca diferentes motivações para a sua fundação. Os estudos que destacam o viés ideológico apontam que a cisão com o PMDB ocorreu devido à atuação deste na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e durante o governo Sarney. O rompimento desse grupo de parlamentares e lideranças – conhecido como os históricos – com o PMDB, ocorre, sobretudo, por discordâncias quanto ao sistema de governo – defendiam o parlamentarismo – e o tempo de duração do mandato presidencial de Sarney – desejavam um mandato de quatro anos e não cinco, como foi aprovado (KINZO, 1993; MARQUES e FLEISCHER, 1999)<sup>3</sup>. Também contribuiu para a saída dos históricos do PMDB o ingresso de políticos sem nenhuma identificação com o partido, oriundos da ARENA/PSD (MARQUES e FLEISCHER, 1999; ASSUMPÇÃO, 2008). Além dos social-democratas – que formavam a tendência majoritária no partido, com destaque para o ex-governador, Franco Montoro, e os senadores, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso –, no seu programa de fundação, se identifica a vinculação de outras correntes ideológicas, como, por exemplo: liberais-progressistas, democratas-cristãos e socialistas-democráticos (PSDB, 1988)<sup>4</sup>. Posições progressistas, adotadas pelos parlamentares que fundariam o PSDB durante os trabalhos da Constituinte, foram determinantes para a classificação do partido como centro-esquerda (KINZO, 1990). Também, acabou fornecendo uma conotação de esquerda ao partido na sua origem a autodeclarada identidade social-democrata. Contudo, diferentemente dos partidos social-democratas europeus, que surgiram a partir da sociedade ou de organizações trabalhistas, o PSDB nunca manteve vínculos com qualquer tipo de organização de interesses sociais ou sindicatos de trabalhadores, sendo fundado por parlamentares (ASSUMPÇÃO, 2008; ROMA, 2002).

---

<sup>3</sup> Disputas em âmbito regional também foram responsáveis pela cisão do PMDB. A ascensão do grupo do então governador de São Paulo, Orestes Quércia, levou à perda de espaço, dentro do PMDB, de algumas das principais lideranças paulistas e a organização de grupo dissidente liderado pelo ex-governador de São Paulo Franco Montoro e pelos então senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso (LAMOUNIER, 1989; KINZO, 1993).

<sup>4</sup> Outra característica destacada pela literatura (MARQUES e FLEISCHER, 1999; VIEIRA, 2012), é com relação à origem regional dos seus fundadores, majoritariamente, composta por congressistas oriundos da região Sudeste do país. Dados apresentados por Marques e Fleischer (1999), mostram que, dentre os 48 congressistas fundadores do partido, 27 eram oriundos da região, destes, 23 deputados, sendo 10 de São Paulo e 8 de Minas Gerais.

Com efeito, a inclinação à direita, favorável ao mercado, está presente desde a fundação do PSDB, basta lembrar do célebre discurso proferido no Senado por Mário Covas sobre a necessidade de um “choque de capitalismo” para lidar com a crise que o país atravessava, e da folclórica frase atribuída ao sociólogo e, então, ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), que teria dito: “esqueçam o que eu escrevi”, afastando-se do seu passado de intelectual progressista de esquerda e assumindo uma posição pragmática. Nos próprios documentos de fundação do partido, também já apareciam consagradas políticas pró-mercado sob a fachada de reformas (GUIOT, 2006; ASSUMPÇÃO, 2008; VIEIRA, 2012).

Por outro lado, existem trabalhos que rechaçam a ideia de que as divergências ideológicas tenham sido decisivas para a criação do PSDB e apontam, como prioritária, a disputa por recursos e o pragmatismo eleitoral (ROMA, 2002, 2006; GUIOT, 2006). Para esses autores, a exclusão de um grupo de políticos experientes dos cargos governamentais e do processo de sucessão presidencial, juntamente com a abertura de um nicho eleitoral de centro, resultante do crescente desprestígio do governo Sarney, levou à percepção de que somente por outro partido encontrariam a oportunidade de acesso a cargos eletivos.

A busca por maior espaço político de lideranças proeminentes na cena política brasileira, que visavam a preencher uma lacuna ao centro do espectro ideológico, que não estava sendo ocupada pelos partidos então existentes, ampara as análises que identificam que a criação do PSDB ocorreu, marcadamente, por motivos pragmático-eleitorais, em detrimento de ideológicos (ROMA, 2002, 2006; GUIOT, 2006; VIEIRA, 2012). Também se mostraram pragmáticas as estratégias de alianças celebradas com partidos de direita, voltadas à disputa eleitoral e à governabilidade (ROMA, 2002, 2006). Para isso, foi adotado um arranjo organizacional que viabilizou o controle de um pequeno grupo sobre os processos decisórios internos. Dessa maneira, o PSDB surge como um partido de quadros parlamentares e com uma estratégia eleitoral catch-all, voltada para a rápida e estratégica escalada ao poder (ROMA, 2006; VIEIRA, 2012).

## A TRAJETÓRIA DO PSDB: DE POTÊNCIA AO DECLÍNIO ELEITORAL

O PSDB cresceu mais rápido do que qualquer outro partido na história brasileira e, em apenas seis anos após sua criação, conquistou a presidência, a qual ocupou por dois mandatos consecutivos com Fernando Henrique Cardoso. Segundo Roma (2002, 2006), o crescimento do PSDB está associado ao tipo de estrutura organizacional do partido, desprovida de efetivas instâncias de veto para ação da militância, o que, somado ao modelo de tomada de decisão, assegurou a autonomia decisória dos seus líderes, viabilizando estratégias voltadas à eficiência eleitoral.

Mantendo fracos vínculos com a sociedade civil, demonstrada pela origem exclusivamente parlamentar e pela falta de articulação e organização dos interesses de associações representativas, suas lideranças podem atuar na arena governamental e na competição eleitoral com maior autonomia decisória. (ROMA, 2002, p. 87).

Com efeito, o PSDB é um partido que já nasceu com bancadas parlamentares razoáveis<sup>5</sup>, contando com o protagonismo de políticos proeminentes no cenário nacional e, com apenas quatro anos de existência, já ingressou no governo federal assumindo importantes cargos no governo Itamar (1992-1994); ainda, logo na sequência, ganhou a Presidência da República, ocupando-a no intervalo de 1995-2002.

Os resultados eleitorais conquistados pelo PSDB credenciam-no como uma das principais forças políticas do país. O período de 1988-2022 compreende nove eleições presidenciais/gerais (deputados estaduais e federais, senadores, governadores e presidente da República)<sup>6</sup> e municipais (prefeitos e vereadores) realizadas até o momento.

O PSDB iniciou sua trajetória eleitoral nas eleições municipais de 1988, elegendo 18 prefeitos e 214 vereadores (ROMA, 2002). Na eleição inaugural de 1989, a primeira com eleições livres para a Presidência da República após 29 anos, estava em disputa somente o cargo presidencial, e o grande número de candidaturas lançadas<sup>7</sup> aumentava o nível de imprevisibilidade sobre o protagonismo de cada um dos postulantes.

O PSDB participou dessas eleições com uma chapa isolada – ou seja, não estabeleceu alianças com outros partidos – lançando a candidatura de Mário Covas, que terminou a disputa em quarto lugar, com 11,5% dos votos. Seus melhores desempenhos se concentraram na região Sudeste (ES, MG e SP) e no Ceará e Distrito Federal, onde o partido alcançou 10% dos votos ou mais. Nas eleições municipais de 1992, o partido obteve resultados exitosos, elegendo 274 prefeitos – entre os quais, cinco capitais – e 3.274 vereadores, concentrando sua base eleitoral na região Sudeste e no Ceará.

Nas eleições de 1994, o PSDB adota uma estratégia distinta de 1989, aliando-se com partidos à direita (PFL e PTB) e beneficiado pela estabilização monetária do Plano Real – capitalizada eleitoralmente pelo então ministro da Fazenda FHC –, conquista a Presidência da República, em primeiro turno, com 54,3% dos votos, obtendo mais de 50% dos votos em quase todas as regiões, exceto no Sul (41,25%). Expressivos resultados eleitorais também foram atingidos no Congresso Nacional (elegendo 62 deputados e 9 senadores), e nos Executivos (elegendo 6 governadores) e Legislativos estaduais (com 97 deputados estaduais). Em 1996, o partido fortaleceu-se significativamente, elegendo cerca de 914 prefeitos e 8.366 vereadores em todo o Brasil, evidenciando um processo de ampliação da capilaridade da sigla pelo território nacional.

---

<sup>5</sup> Ao todo, a fundação do partido contou com 48 parlamentares, sendo 40 deputados e oito senadores (ROMA, 2002).

<sup>6</sup> Após a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, apenas na eleição para presidente em 1989, a disputa foi realizada de forma “avulsa”. A partir de 1994, as eleições para todos os cargos em nível federal e estadual passaram a ser realizadas simultaneamente a cada quatro anos, em períodos distintos das municipais.

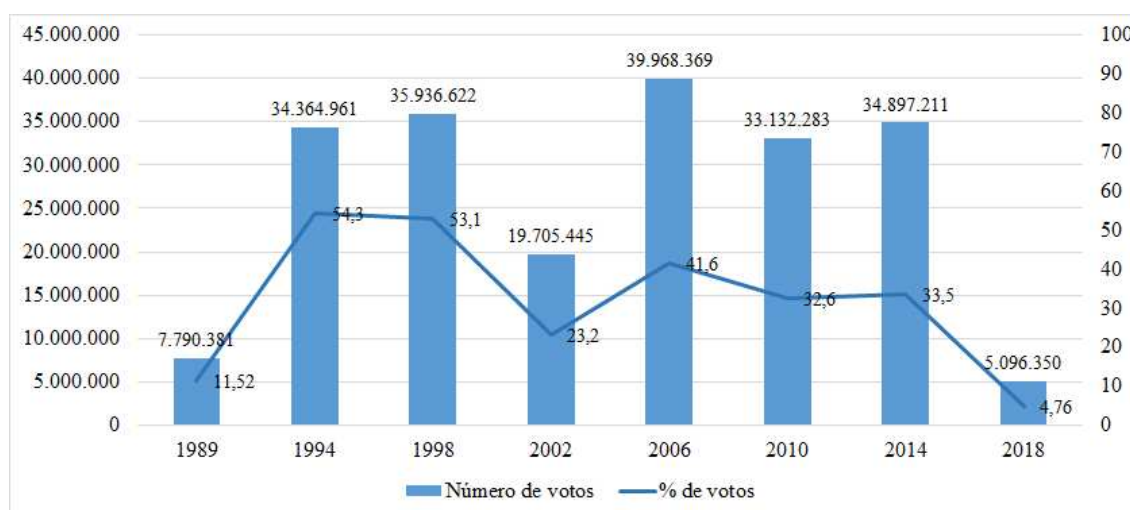
<sup>7</sup> No total, concorreram 22 candidatos à Presidência da República.

**Tabela 1.** Distribuição regional percentual dos votos válidos obtidos em 1º turno pelos candidatos do PSDB nas eleições presidenciais (1994-2022)

|          | 1994  | 1998  | 2002  | 2006  | 2010  | 2014  | 2018 |
|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
| Norte    | 58,87 | 57,61 | 22,65 | 36,38 | 31,95 | 28,13 | 4,45 |
| Nordeste | 57,59 | 47,73 | 19,78 | 26,15 | 21,48 | 15,4  | 2,1  |
| C. Oeste | 60,45 | 61,15 | 26,2  | 51,59 | 37,96 | 41    | 4,53 |
| Sudeste  | 56,15 | 55,35 | 22,69 | 45,21 | 34,57 | 39,5  | 6,71 |
| Sul      | 41,25 | 49,17 | 28,46 | 54,93 | 43,01 | 47,21 | 4,4  |
| TOTAL    | 54,3  | 53,06 | 23,2  | 41,63 | 32,61 | 33,55 | 4,76 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O bom desempenho se repetiu nas eleições de 1998, quando o PSDB reelegeu FHC para o Executivo nacional novamente no primeiro turno. Apesar de ampliar seus percentuais de votação no Centro-Oeste e no Sul, nas demais regiões a porcentagem de votos se reduziu em relação à alcançada em 1994. Também houve um crescimento eleitoral do PSDB na Câmara dos Deputados (elegendo 99 deputados), no Senado (conquistando quatro cadeiras e ampliando sua bancada para 16 senadores), de governadores estaduais (que saltou para 7 estados), e de deputados estaduais (com 153), terminando o pleito como um dos mais bem sucedidos partidos. Em 2000, o partido seguiu avançando nos municípios, elegendo 988 prefeitos (um aumento de 8% em relação a 1996) e 8.514 vereadores (aumento de 1,8%), mas nada comparado com o crescimento obtido nas eleições de 1996, nas quais teve um aumento de 233% no número de prefeitos, e de 155% no de vereadores eleitos em relação a 1992.

**Gráfico 1.** Votações obtidas pelos candidatos do PSDB à presidência no primeiro turno

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

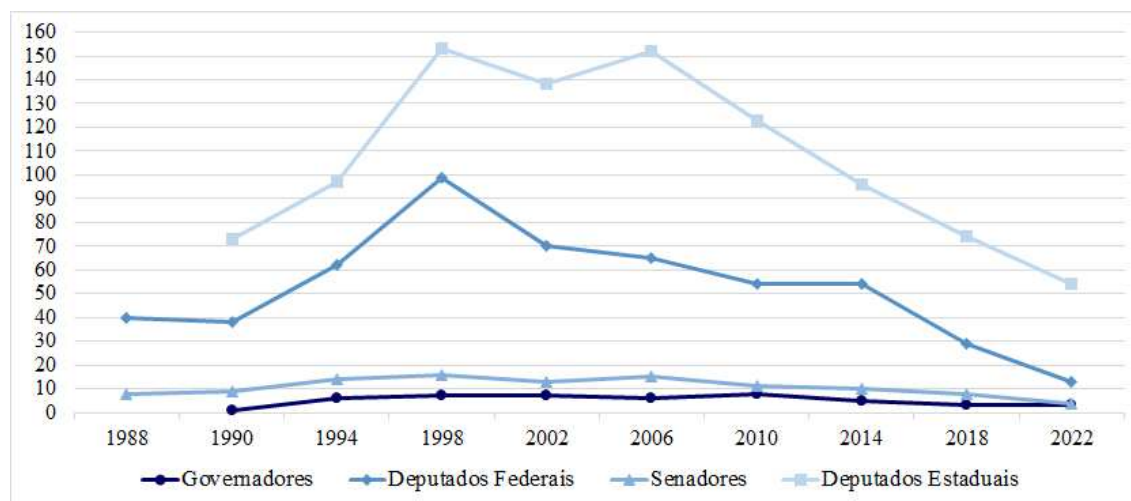
Na eleição de 2002, o desempenho eleitoral do PSDB começa a mudar. O pleito processou-se em um ambiente econômico deteriorado e, com desgaste já acumulado por oito anos de governo, o PSDB não conseguiu emplacar a eleição do seu candidato José Serra, que obteve apenas 23,2% dos votos válidos no primeiro turno e acabou sendo derrotado, no segundo turno, pelo candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Em relação às votações obtidas em 1998, o partido sofreu uma significativa redução



em todas as regiões do país. Mesmo derrotado nas eleições presidenciais, o partido teve bom desempenho nos Executivos estaduais, (re)elegendo sete governadores, e, no Senado, elegendo sete senadores, contudo, reduzindo sua representação na casa para 13 assentos. Sofreu perdas na Câmara dos Deputados, elegendo 71 representantes, e nas Assembleias Estaduais, com 138 eleitos. Em 2004, o PSDB disputou as eleições municipais na condição de principal partido de oposição e, embora tenha eleito cerca de 100 prefeitos e 2.000 vereadores a menos que em 2000, foi o partido com o segundo melhor desempenho eleitoral, sendo superado apenas pelo PMDB, que teve 1.212 prefeitos e 8.311 vereadores eleitos.

Nas eleições de 2006, os tucanos nutriram grandes expectativas de voltar à Presidência da República, muito devido aos sucessivos escândalos de corrupção ocorridos durante a administração petista no primeiro mandato presidencial de Lula. Porém, nem mesmo a reconstrução do arco de alianças com partidos de direita – desfeita na eleição passada – conseguiu evitar a derrota de seu candidato à presidência, Geraldo Alckmin, para o candidato do PT e então presidente Lula, em segundo turno. O partido também perdeu representantes na Câmara, que caíram para 65, e passou a governar seis estados, mantendo-se no comando de São Paulo, Minas Gerais e Paraíba, e elegendo os governadores de Roraima, Alagoas e Rio Grande do Sul. Ainda, o partido aumentou sua representação no Senado, obtendo cinco cadeiras e passando a ter uma bancada de 15 senadores, e nas Assembleias Legislativas, tendo eleito 152 deputados estaduais. Nas eleições realizadas em 2008, novamente o PSDB sofre uma redução no número de representantes eleitos nos municípios, foram cerca de 90 prefeitos e 700 vereadores a menos em relação a 2004.

**Gráfico 2.** Tamanho do PSDB na Câmara dos Deputados, no Senado, nas Assembleias Legislativas e nos Governos Estaduais (1989–2022)



Fontes: Elaboração própria a partir de dados de Roma (2002, 2006) e do TSE.

Já para a eleição presidencial de 2010, o partido lançou o então governador de São Paulo, José Serra, que obteve cerca de 32,6% dos votos no primeiro turno, um desempenho inferior àquele alcançado por Geraldo Alckmin (41,6%) quatro anos antes, mas superior ao seu próprio resultado na disputa de 2002, quando recebeu 23% dos votos. O tucano foi derrotado no segundo turno pela candidata do PT, Dilma



Rousseff. Nos estados, o partido logrou êxito em oito unidades de Federação, mantendo o controle dos governos de São Paulo, Minas Gerais, Alagoas e Roraima, e elegendo mais quatro (PA, TO, GO e PR). Na Câmara de Deputados, o partido passou de 65 para 54 representantes, o equivalente a 10,5 % das cadeiras, e, no Senado, foram cinco eleitos, reduzindo sua bancada para 11 assentos. Nas assembleias estaduais, o partido também teve um desempenho inferior em relação à eleição de 2006, elegendo 123 (-19%) deputados estaduais. Nas eleições municipais de 2012, embora tenha elegido menos prefeitos e vereadores do que em 2008, o PSDB se manteve em segundo no ranking de partidos com mais eleitos – novamente atrás do PMDB –, elegendo 695 prefeitos e 5.260 vereadores.

Nas eleições de 2014, o candidato tucano, Aécio Neves, recebeu 33,55% dos votos no primeiro turno, avançando para o segundo, no qual protagonizou uma disputa acirrada com a então presidente e candidata do PT, Dilma Rousseff, que buscava a reeleição. Aécio foi derrotado por uma diferença de 3% dos votos, com uma votação de 48% dos votos válidos no segundo turno. O bom desempenho eleitoral alçou Aécio Neves à condição de principal líder da oposição, contudo, o desgaste sofrido pelas acusações de envolvimento em escândalos de corrupção esvaziou o seu capital político e acabou com qualquer pretensão de concorrer novamente à presidência. Nas eleições gerais, o partido elegeu cinco governadores (três a menos do que em 2014), manteve as 54 vagas na Câmara (interrompendo o declínio da sua bancada iniciado em 2002), elegeu quatro para o Senado (reduzindo sua bancada para dez senadores), e novamente perdeu representação nas Assembleias Legislativas, tendo elegido 96 deputados estaduais.

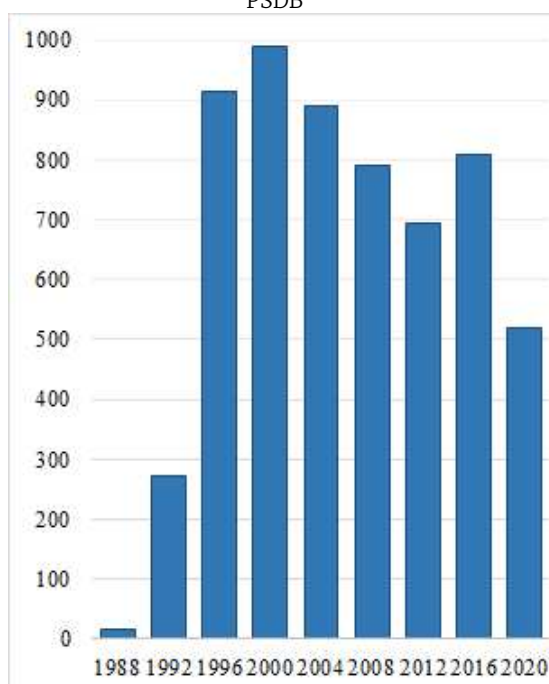
Nas eleições municipais de 2016, o PSDB elegeu cerca de 100 prefeitos e vereadores a mais do que em 2014, elegendo o seu maior número de prefeituras desde 2004. O partido teve um aumento de 16,4%, passou de 695 para 809 prefeituras, sendo o que mais cresceu entre as grandes legendas, conquistando prefeituras de capitais importantes como São Paulo, Porto Alegre, entre outras. As eleições municipais de 2016 foram disputadas em meio a uma das maiores crises política e econômica da Nova República, o que acabou beneficiando os partidos de direita.

Nas eleições presidenciais de 2018, foi interrompido o padrão de disputa entre PT e PSDB dos últimos 20 anos, com os tucanos ficando fora do segundo turno. Os inúmeros erros de coordenação da campanha, somados às denúncias de corrupção que alcançavam algumas das principais lideranças do partido, atingiram em cheio a candidatura tucana de Geraldo Alckmin, que, tendo que disputar os votos de centro-direita – e até mesmo apoio político de seus aliados – com Jair Bolsonaro (PSL), não conseguiu emplacar sua campanha. Ao final do primeiro turno, o PSDB terminou com um resultado melancólico: obteve menos de 5% dos votos válidos, amargando o pior desempenho em uma eleição presidencial de sua história. Desde as eleições de 2002, essa é a primeira vez que o partido fica fora de um segundo turno presidencial; com a ascensão do bolsonarismo, o então nanico PSL tomou o seu lugar na disputa. Nos estados, de cinco em 2014, o PSDB passou a governar três, mas manteve sua hegemonia em São Paulo, reelegendo governadores desde 1994, e ainda elegeu governadores no RS e MS. Na Câmara, o partido elegeu apenas 29 deputados, passando de terceira maior bancada eleita em 2014 (com 54 deputados), para a nona, e, no Senado, elegeu quatro representantes, passando de 10 para oito cadeiras, mas

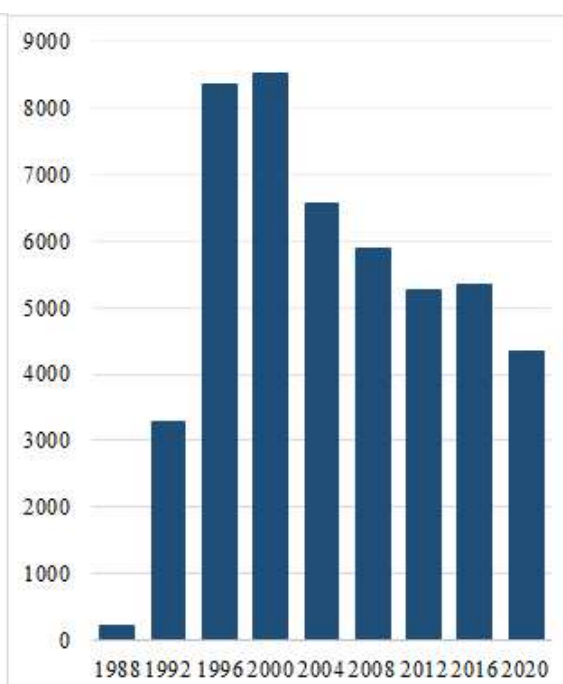
conseguindo a segunda maior bancada. Nas Assembleias Estaduais, o partido também sofreu uma redução no número de deputados estaduais, elegendo 74, cerca de 20 a menos do que em 2014.

Nas eleições municipais de 2020, o PSDB perdeu prefeituras, passando de 809, em 2016, para 520. Mesmo assim, obteve vitórias importantes, conquistando quatro capitais, incluindo São Paulo; contudo, teve um resultado inferior ao de 2016, quando o partido havia conquistado sete capitais. O partido também apresentou redução no número de vereadores, com cerca de 1.000 vereadores a menos que em 2016, elegendo 4.645 ao todo.

**Gráfico 3.** Número de prefeitos eleitos pelo PSDB



**Gráfico 4.** Número de vereadores eleitos pelo PSDB



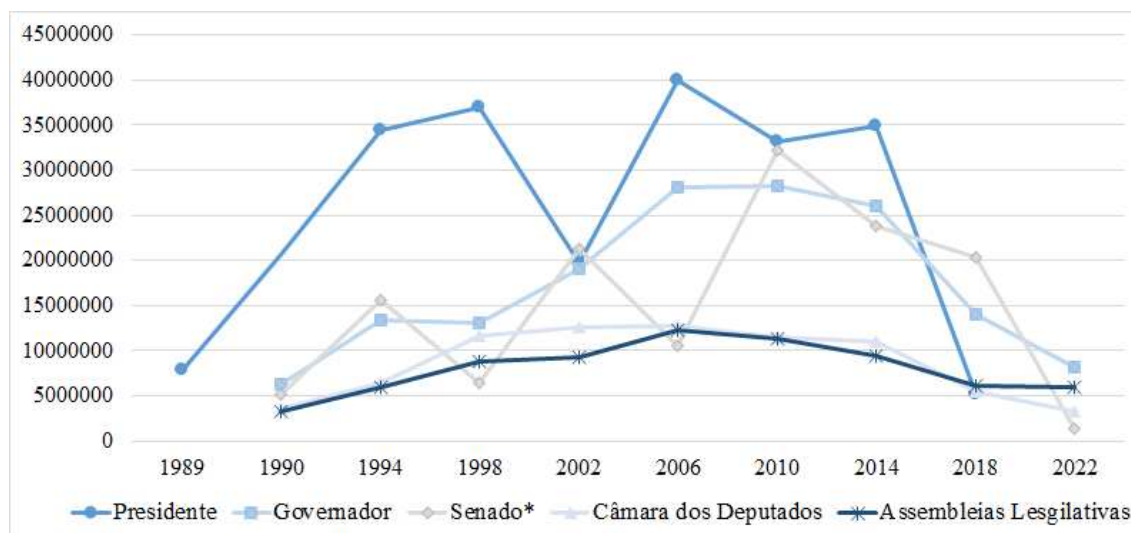
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Já, as eleições presidenciais de 2022 marcam o ápice da derrocada tucana. Depois de um atabalhado processo de prévias para a escolha do seu candidato a presidente (que teve a votação suspensa devido à instabilidade no aplicativo), João Doria Jr. foi escolhido como o pré-candidato, que, encontrando grande resistência dentro do partido, anunciou sua desistência da disputa presidencial a cinco meses da realização do pleito. Essa foi a primeira eleição presidencial na atual quadra democrática (desde 1989) em que o partido não lançou candidato próprio, restringindo-se à vaga de vice na chapa liderada pelo MDB, que terminou em terceiro na disputa. Também sofreu derrotas significativas nas demais disputas. Elegeu governadores de três estados (RS, MS e PE), no entanto, perdeu sua hegemonia no estado de São Paulo<sup>8</sup>, que governou,

<sup>8</sup> A perda da hegemonia em São Paulo ilustra o auge da deterioração eleitoral da sigla, uma vez que, nessa unidade federativa, o partido mantinha o maior número de vitórias consecutivas para o Executivo estadual em todo o Brasil, elegendo o governador de 1994 até 2018 e constituindo-se, portanto, como um partido dominante (CURI, 2020) e construindo uma substantiva capilaridade organizacional nos municípios, constituída, majoritariamente, por diretórios (BRAGA, COSTA e FERNANDES, 2018; CURI, 2020; RODRIGUES, 2021).

ininterruptamente, desde 1994. Já, na Câmara, teve o menor número de deputados federais eleitos entre todas as eleições que disputou, elegendo apenas 13 cadeiras, e, no Senado, nem sequer elegeu candidato. Encerrado o pleito, o PSDB amargou o pior desempenho de sua história desde a redemocratização, colocando em risco o futuro da sigla. Por fim, o Gráfico 5 apresenta o desempenho do partido em eleições executivas e legislativas no período de 1989 a 2022.

**Gráfico 5.** Desempenho do PSDB em primeiro turno nas eleições para presidente, governos estaduais, câmara federal, senado e assembleias estaduais e distrital de 1989 a 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados CEPESP Data e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

\*O Senado é renovado, alternadamente, em um terço e dois terços a cada eleição. Por isso, em algumas eleições (1994, 2002, 2010 etc.), há o dobro do número de votantes.

De acordo com o gráfico, o PSDB inicia sua trajetória com um desempenho eleitoral modesto nas disputas para a presidência, em 1989, e nas legislativas e para os governos estaduais em 1990. Entretanto, a partir de 1994, o partido inicia uma trajetória de votação ascendente que se mantém relativamente estável – com algumas perdas – até as eleições de 2014, quando suas votações começam a declinar, culminando com os seus desempenhos eleitorais irrisórios nas eleições de 2018 e, sobretudo, de 2022.

## O CASO DO PSDB

Os resultados eleitorais dos últimos anos evidenciam o declínio do PSDB, que, paulatinamente, perdeu espaço no Congresso, nos governos estaduais, nas Assembleias Legislativas, nas prefeituras e nas Câmaras Municipais. Nas eleições presidenciais, o partido foi relegado a um papel de coadjuvante em 2018, e, em 2022, sequer lançou candidato próprio à Presidência da República. Não é possível prever um desfecho para a crise que assola o partido; no entanto, a derrota na eleição presidencial de 2014 marcou o início do processo de seu declínio. Nessa eleição, o então candidato tucano, Aécio Neves, foi derrotado por uma pequena margem de votos para a candidata do PT, Dilma Rousseff. Logo após encerrado o pleito, Aécio

Neves questionou o resultado das eleições, a ponto de o PSDB ajuizar uma ação junto ao Tribunal Superior Eleitoral requerendo uma auditoria para verificar a “lisura” do processo eleitoral (FIGUEIREDO, 2016; PSDB PEDE..., 2014). Somou-se a isso, uma série de equívocos que concorreram para o declínio do partido, como o apoio ao “golpe palaciano” que levou ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, seu embarque no impopular governo Michel Temer (MDB), o envolvimento em escândalos de corrupção e sua democracia interna vacilante.

Nesse último ponto, em especial, a realização de prévias internas para escolha dos candidatos foi um fator que contribuiu para o acirramento da crise dentro do PSDB. Prevista no estatuto partidário, a possibilidade de seleção das candidaturas majoritárias via prévias<sup>9</sup>, até pouco tempo, tinha realização bastante rara. Apenas mais recentemente o partido passou a adotar esse mecanismo. Embora a realização de eleições internas seja de suma importância para promover a democracia intrapartidária, a escolha direta dos candidatos pelos filiados pode acarretar custos de coordenação eleitoral – sobretudo em países com sistemas políticos multinível, a exemplo da federação brasileira – e deflagrar conflitos, acentuando divisões dentro dos partidos. E foi justamente esse um dos principais motivos da cizânia no ninho tucano.

Em 2016, o PSDB realizou prévias para escolher o seu candidato para a eleição à capital paulista. Disputaram a indicação do partido o então vereador Andrea Matarazzo, o deputado federal, à época, Ricardo Tripoli, e o empresário, apresentador de tevê e, até então, estreante na política, João Doria Jr. Depois de uma disputa acirrada, a definição pela vaga de candidato dar-se-ia, em um segundo turno das prévias, entre o empresário João Dória e Matarazzo, que abandonou a disputa interna e anunciou sua desfiliação do partido. O PSDB manteve o segundo turno das prévias mesmo na ausência de outro concorrente, e Doria ficou com a vaga por W.O., recebendo pouco mais de 3.000 votos ante 27 mil filiados aptos a participar (DUAILIBI, 2016).

Eleito prefeito da capital paulista em 2016 e apadrinhado pelo governador Geraldo Alckmin, Doria ascendeu rapidamente no partido e ainda viria a protagonizar mais duas prévias também marcadas por polêmicas. Após pouco mais de um ano à frente da prefeitura paulistana, Doria renunciou ao cargo para se lançar como candidato ao governo do estado de São Paulo nas eleições de 2018. A candidatura foi conquistada após Doria vencer outros três pré-candidatos em uma disputa inédita nos 30 anos do PSDB no estado em que governa desde 1994. O prefeito recebeu 80% dos votos – dos pouco mais de 15 mil filiados do PSDB que participaram das prévias – contra 7% dos votos do secretário estadual de Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro, e contra os 6% alcançados tanto pelo suplente de senador José Aníbal, como pelo cientista-político Luís Felipe d’Ávila. Mais uma vez, assim como havia ocorrido nas prévias para a candidatura à prefeitura paulistana em 2016, Doria foi acusado de favorecimento pela direção do partido por parte dos outros concorrentes, causando “mal-estar” entre os tucanos.

---

<sup>9</sup> Estatuto do PSDB (2017, Arts. 58, IV; 151; 152).

No entanto, foi no transcorrer da campanha de 2018 que os conflitos se acirraram ainda mais dentro do partido. O candidato tucano à Presidência da República, Geraldo Alckmin, careceu de apoio dos seus correligionários partidários antes mesmo do final do primeiro turno – vide os candidatos aos governos de São Paulo, João Doria, e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que mantiveram distância de Alckmin e se voltaram para o bolsonarismo, deixando as relações entre as lideranças partidárias bastante estremecidas. Ao final da eleição, Alckmin teve menos de 5% dos votos, obtendo o pior resultado do partido em uma eleição presidencial.

Mais recentemente, outro episódio que deflagrou fortes conflitos no PSDB foi a realização, pela primeira vez, de uma prévia para a escolha do candidato que representaria a legenda nas eleições presidenciais de 2022. Disputavam a indicação do partido os governadores de São Paulo, João Doria, e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, além do ex-senador por Manaus Arthur Virgílio. O partido estabeleceu pesos distintos para a votação, dividindo os filiados em quatro grupos de votantes, compostos por: I) filiados; II) prefeitos e vice-prefeitos; III) vereadores, deputados estaduais e distritais; e IV) deputados federais, senadores, governadores, vice-governadores, ex-presidentes e o atual presidente da Comissão Executiva Nacional. Cada grupo teve peso unitário de 25% do total de votos válidos<sup>10</sup>.

A votação deveria ocorrer no formato híbrido, com os filiados sem mandato e vereadores votando somente pelo aplicativo desenvolvido pelo partido, enquanto os quadros mais importantes votavam através de urnas eletrônicas em Brasília ou via aplicativo. Contudo, a votação foi marcada por polêmicas, confusões e atrasos devido a falhas técnicas no aplicativo que impossibilitaram boa parte dos inscritos de votar. Em meio a tais problemas, o processo teve que ser interrompido, o que acabou ampliando o racha dentro do partido. Por fim, em mais um processo tumultuado, Doria foi consagrado o pré-candidato do partido à Presidência da República, com 53,99% dos votos, contra 44,66% de Eduardo Leite e 1,35% de Arthur Virgílio (PORTO, 2021). Apesar de ter vencido as prévias do PSDB, Doria não decolou nas pesquisas de intenção de voto e, enfrentando grande resistência dentro do partido com a ala que continuava apoiando a candidatura de Eduardo Leite, anunciou sua desistência da disputa presidencial a cinco meses da realização do pleito.

Com efeito, as primárias realizadas pelo PSDB, não só aprofundaram a crise interna, como também serviram para demonstrar a dificuldade do partido em promover a participação dos membros nas decisões intrapartidárias. Desde sua fundação, o PSDB estruturou-se como um partido de quadros (DUVERGER, 1970), com uma organização hierárquica e piramidal, cujas decisões são tomadas de cima para baixo, concentrando-se nas lideranças das suas cúpulas diretivas (ROMA, 2002).

Concomitante a isso, houve uma centralização das estruturas decisórias intrapartidárias ao ampliar a soberania do conselho<sup>11</sup> – num claro favorecimento de

<sup>10</sup> Resolução CEN-PSDB Nº 046/2021 (PSDB, 2021).

<sup>11</sup> O Conselho Político Nacional é definido no estatuto partidário como um órgão de “direção e ação partidária” (PSDB, 2017, Art. 17), com amplos poderes para decidir sobre “[...] questões políticas relevantes de âmbito nacional que lhe forem submetidas pela Comissão Executiva Nacional” e “[...] o modelo de escolha de candidatos e a formação de coligação, assim como sobre fusões ou incorporações partidárias, que lhe forem submetidos pela Comissão Executiva Nacional” (PSDB, 2017, Art. 72). De acordo com Ribeiro (2013, p. 245-246), a criação do CPN, que inicialmente era formado por pouco mais de 20 membros, e, a



notáveis e parlamentares que geralmente acumulam cargos de liderança partidária – , restringindo as decisões aos caciques da agremiação (RIBEIRO, 2013). Para Ribeiro (2013), tal centralização seria uma estratégia das lideranças com vistas ao fortalecimento da organização, bastante impactada com a sua passagem para a oposição, o que limitou significativamente seu acesso a recursos. Como consequência da centralização das decisões, observa-se uma dinâmica intrapartidária pouco inclusiva, com o fortalecimento dos líderes em detrimento da base, reduzindo a representatividade nas convenções nacionais do partido.

Além disso, podemos apontar como outra fonte de instabilidade dentro do PSDB o conflito de gerações que colocou em choque a velha guarda do partido<sup>12</sup> (conhecidos como os “cabeças brancas”) contra a ala mais jovem<sup>13</sup> (denominados “cabeças pretas”), que passaram a desafiar o controle da coalizão até então dominante sobre os rumos da legenda. Com a ascensão desse grupo político, o PSDB se deslocou do campo político de centro-direita, ligado às lideranças tradicionais do partido, para a extrema-direita, com o apoio às pautas conservadoras do bolsonarismo<sup>14</sup>.

Dilacerado por crises internas após as prévias, o PSDB, além de perder um dos seus principais quadros – Geraldo Alckmin abandonou o partido depois de 33 anos e se filiou ao PSB para se lançar às eleições presidenciais de 2022 como vice, na chapa do candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva –, pela primeira vez desde a redemocratização, não apresentou candidato próprio em uma eleição à Presidência da República.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscamos identificar os eventos críticos que levaram à decadência do PSDB. Outrora protagonista na política nacional, o partido passou para um lugar de coadjuvante, de modo que o seu declínio parece irreversível. Sustentamos que a explicação para a derrocada da legenda começou a se desdobrar a partir da derrota na campanha presidencial de 2014, com Aécio Neves lançando o germe da desconfiança sobre o sistema eleitoral, passou pelo apoio ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, se intensificou com a divisão gerada entre os “cabeças brancas” e os “cabeças pretas” e a guinada dada pelo partido para a extrema-direita autoritária,

---

partir de 2011, passou a ser restrito a um grupo mais seletivo de mandatários e ex-mandatários, “[...] acarretou uma sensível concentração decisória das máquinas, na medida em que concedeu extensos poderes a órgãos totalmente (ou quase) compostos por membros não eleitos pelo corpo partidário”.

<sup>12</sup> Durante anos, o controle nacional do PSDB esteve concentrado em seus principais caciques: FHC, Serra e Alckmin. A partir de 2013, a hegemonia dos tucanos paulistas, dentro do partido, começou a ser questionada quando o então Senador por MG Aécio Neves assumiu a presidência do partido e, em 2014, obteve um bom desempenho na eleição presidencial, conseguindo capitalizar para si o status de principal liderança opositora; pós-impeachment da presidente Dilma Rousseff, contudo, perdeu espaço dentro do partido com a vinda à tona de seu envolvimento no escândalo de corrupção da JBS.

<sup>13</sup> A ala dos “cabeças pretas” do PSDB é como ficou conhecido o grupo formado inicialmente por parlamentares mais jovens do partido, que defendiam o impeachment da presidente, Dilma Rousseff, e que depois passaram a cobrar o desembarque do PSDB do governo Temer, em oposição aos “cabeças brancas”, que constituem a cúpula da legenda e defendiam a permanência do partido no governo. Tal grupo (cabeças pretas) ganhou força dentro do partido após a eleição de João Dória ao governo de São Paulo, e de Bruno Araújo para o comando nacional da sigla.

<sup>14</sup> Esse apoio não se limitou às disputas eleitorais, cujo exemplo mais emblemático foi a campanha eleitoral de João Dória ao governo do São Paulo em 2018, que adotou o slogan “Bolsodoria”, mas seguiu dentro do Congresso se alinhando ao governo Bolsonaro em diversas questões, como exemplo, a do voto impresso.

nas eleições de 2018, e com o racha desencadeado pelas prévias presidenciais que culminou com a debandada de quadros importantes. Como se não bastasse a contundente derrota nas eleições presidenciais de 2018, nas eleições de 2022, o partido sequer lançou candidato à presidência e ainda perdeu sua hegemonia no estado de São Paulo, encerrando um ciclo de 28 anos à frente do governo do principal estado da Federação.

Em função de sua origem interna ao parlamento, carente de uma estrutura organizacional extra-eleitoral e desvinculado de uma ampla base social, o PSDB não foi capaz de construir uma “blindagem” partidária capaz de resistir ao colapso eleitoral, ao contrário do PT, por exemplo, que, criado como um partido de massa, com vida extra-eleitoral, conseguiu resistir a uma avalanche de escândalos surgidos a partir de 2005, demonstrando resiliência na construção de uma identidade organizacional.

A perda de espaço, na direita, para o bolsonarismo e a dificuldade de se situar no espectro ideológico também ajudam a explicar a derrocada da legenda. O PSDB apostou na radicalização, ao se juntar ao bolsonarismo e à extrema-direita, abdicando de sua identidade democrática e de centro-direita, e, hoje, vem pagando o preço dessa estratégia. O partido vem perdendo espaço no sistema partidário nacional e subnacional, tornando-se, em 2022, um partido satélite num cenário em que temos o domínio de duas forças: o petismo e o bolsonarismo. Com o seu forte declínio e a guinada do MDB para a direita do espectro político brasileiro, o centro do sistema partidário esvaziou-se, alimentando a polarização político-afetiva dos últimos anos.

#### SOBRE OS AUTORES

**Marcus Corrêa Rodrigues:** Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos.

**Maria do Socorro Sousa Braga:** Professora e pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos. Coordenadora do Núcleo de Estudo dos Partidos Políticos Latino-Americanos (Neppla).

#### REFERÊNCIAS

1. ASSUMPTÃO, Raiane P. S. Análise organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira no Estado de São Paulo (1988–2006): a estrutura relacional e o capital político. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP, Araraquara, 2008.
2. BRAGA, Maria do Socorro S.; COSTA, Valeriano M.; FERNANDES, Jean Lucas M. Dinâmicas de funcionamento e controle do poder nos partidos políticos: os casos do PT e PSDB no Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, p. 1–26, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17666/339614/2018>
3. CURI, Henrique. Ninho dos tucanos: PSDB em São Paulo (1994–2018). 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
4. DUALIBI, Julia. A guerra do cashmere – como João Dória Júnior se tornou candidato a prefeito e implodiu o PSDB de São Paulo. *Revista Piauí*, n. 119, ago. 2016. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/guerra-do-cashmere/>. Acesso em: 22 mar. 2024.
5. DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
6. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. O que deu errado? Não culpemos as instituições. *Folha de São Paulo*, 13 maio 2016. Disponível em:



- <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770900-o-que-deu-errado-nao-culpemos-as-instituicoes.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2024.
7. GUIOT, André P. Um “moderno príncipe” para a burguesia brasileira: O PSDB (1988 2002). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.
  8. HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>
  9. HARMEL, Robert; JANDA, Kenneth. An integrated theory of party goals and party change. *Journal of Theoretical Politics*, v. 6, n. 259, p. 259-287, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1177/0951692894006003001>
  10. KINZO, Maria D’Alva G. Radiografia do quadro partidário brasileiro. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer, 1993.
  11. KINZO, Maria D’Alva G. O quadro partidário e a Constituinte. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org). De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo: Sumaré, 1990.
  12. FLEISCHER, David. Os partidos políticos. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antonio Octávio (Orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer; São Paulo: Unesp, 2007. p. 303-348
  13. LAMOUNIER, Bolívar. Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
  14. MARQUES, Jales R.; FLEISCHER, David. PSDB: de facção a partido. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.
  15. PANEBIANCO, Angelo. Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
  16. PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB). Resolução CEN nº 046/2021. Regulamenta as Prévias 2021. 2021. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/conheca/estatuto/resolucoes/resolucao-cen-no-046-2021-regulamenta-as-previas-2021/>. Acesso em: 22 mar. 2024.
  17. PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB). Estatuto do PSDB (2017). Aprovado pela XIV Convenção Nacional em dezembro de 2017. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 2017.
  18. PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB). Programa (1988). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.
  19. PIERSON, Paul. Politics in time: history, institutions and social analysis. Princeton: Princeton University Press, 2004.
  20. PORTO, Douglas. João Dória vence prévia e é escolhido como candidato do PSDB à Presidência. CNN, 11 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/joao-doria-vence-previas-e-e-escolhido-como-candidato-do-psdb-a-presidencia/>. Acesso em: 22 mar. 2024.
  21. PSDB PEDE ao TSE auditoria para verificar 'lisura' da eleição. G1, 30 out. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>. Acesso em: 17 mar. 2024.
  22. RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 10, p. 225-265, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000100007>
  23. RODRIGUES, Marcus L. C. Um estudo sobre a democracia interna dos partidos políticos: os casos do PT e PSDB. 2021. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.
  24. ROMA, Celso. Organizaciones de partido en Brasil: PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. *América Latina Hoy*, v. 44, p. 153-184, 2006. DOI: <https://doi.org/10.14201/alh.2482>
  25. ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 71-92, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200006>

26. VIEIRA, Soraia Marcelino. O Partido da Social Democracia Brasileira: trajetória e ideologia. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Submissão em 18 de junho de 2023.

Aceito em 14 de agosto de 2023.

